

APRESENTAÇÃO

Houve um tempo em que se imaginava que a tarefa da *doutrina era asséptica e neutra* em relação ao direito que lhe incumbia interpretar. Nesse caldo de cultura, certamente era recomendável que as obras de doutrina refletissem os debates sobre a formação da legislação (*travaux préparatoires*) e fossem escritas a partir da jurisprudência que procurasse *desvendar* o seu significado com o auxílio dos casos do foro. A preocupação da doutrina nesse ambiente seria propriamente a de *descrever* o sistema legal e a jurisprudência que a partir dele se formou.

É claro que, partindo-se dessas bases, impunha-se à doutrina um *compasso de espera*, um tempo de observação da legislação e da jurisprudência antes de lançar-se à sua tarefa de descrição do sistema. Tanto melhor seria o trabalho do intérprete quanto maior o material que pudesse recolher para sua *neutra exposição*.

É claro que semelhante modo de ver o papel da doutrina – e da interpretação que lhe toca – hoje só pode ser encarada como um capítulo concernente à *história do pensamento jurídico*. Como o direito depende de interpretação para adquirir significado normativo (daí porque se fala no percurso *das fontes às normas*) e a construção do sistema depende de conexões de sentidos normativos (daí porque *das normas ao sistema*), imaginar que a doutrina exerce um papel neutro e descritivo é pressupor que o direito não depende da conjugação dos esforços do legislador, do juiz e do professor para adquirir vida normativa. Sendo a atividade de interpretação do direito *adscritiva de significado* (e não meramente descritiva), o papel da doutrina não pode ser visto como neutro. Pelo contrário, tem de ser ativo e conformador do próprio direito.

Isso faz surgir sobre os ombros da doutrina uma responsabilidade que se supunha antes inexistente – ou para a qual se fazia questão de fechar os olhos: a *responsabilidade social* de oferecer bases de significados normativos para construção do significado das normas, para conformação dos institutos e para moldura do próprio sistema jurídico. E é claro que semelhante tarefa é urgente quando se procura imprimir uma *determinada maneira de compreender o processo civil*, especialmente quando está em jogo a face que pode tomar a Justiça Civil diante de uma nova codificação.

É diante desse contexto e embalados por essa tarefa que oferecemos os três volumes do nosso *Novo Curso de Processo Civil* à comunidade jurídica brasileira. Para que o processo civil seja capaz de prestar tutela aos direitos e a Justiça Civil seja capaz de tratar os casos com justiça e resolvê-los adequada, tempestiva e efetivamente, é imprescindível que a *doutrina colabore de forma ativa e criativa* para construção do novo processo civil.

Os três volumes do *Novo Curso* vêm sendo por nós cuidadosamente preparados desde que iniciaram os debates sobre o novo Código de Processo Civil – mais precisamente, desde o momento em que oferecemos críticas e propostas ao Projeto em 2010. A partir daquele instante percebemos, inclusive, que era necessário abordar o processo civil a partir de suas peculiaridades teóricas (e isso fez com que optássemos por dedicar o volume I integralmente à teoria do processo civil – e apenas à teoria do *processo civil*) e que era necessário sistematizar o processo civil a partir do seu escopo de prestar tutela aos direitos (o que foi determinante para organização do *Novo Curso* nos dois volumes subsequentes: o volume II voltado à *tutela dos direitos mediante procedimento comum* e o volume III focado na *tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados*), abandonando-se a velha organização de que caudatária o Código Buzaid, fundada na divisão estanque entre processo de conhecimento, processo de execução e processo cautelar.

Com isso, esperamos que o novo Código colabore na difusão de uma maneira de ver o processo civil centrada na ideia da tutela dos direitos e fomenta o único compromisso plausível que se pode adscriver à Justiça Civil no Estado Constitucional: tratar os casos com justiça – e tudo que essa fórmula impõe para os direitos carentes de tutela e para a necessidade de unidade da ordem jurídica.

Por fim, agradecemos aos colegas Marcella Pereira Ferraro, Jordão Violin e Leandro Rutano, pelo minucioso trabalho de revisão realizado e pela constante disposição na verificação das várias versões do novo Código de Processo Civil ao longo de sua elaboração e da construção desta obra.

Verão de 2015.

LUIZ GUILHERME MARINONI
SÉRGIO CRUZ ARENHART
DANIEL MITIDIERO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE I	
A TEORIA DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	
1. O MITO DO PROCEDIMENTO UNIFORME.....	29
CASO	34
2. A FALSA LIGAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS À VISÃO IMANENTISTA DA AÇÃO	35
CASO	38
3. DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO COMO COROLÁ- RIO DO DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA JURISDICIONAL EFETIVA	39
CASO	41
4. O DIREITO AO PROCEDIMENTO ADEQUADO	43
4.1. As diversas necessidades de tutela do direito material.....	43
4.2. A tutela dos menos favorecidos economicamente	45
4.3. A tutela dos direitos transindividuais	47
4.4. A observância de outros valores	49
4.5. As ações constitucionais	49
CASO	51
5. DO EQUÍVOCO DO PROCEDIMENTO ÚNICO À UTOPIA DAS “TUTELAS JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS”.....	53
CASO	55

6. AS REGRAS PROCESSUAIS ABERTAS E A CONSTRUÇÃO DO PROCEDIMENTO ADEQUADO AO CASO CONCRETO.....	57
6.1. Regras abertas no CPC/1973	57
6.2. A flexibilização procedimental no CPC/2015. Alteração de procedimento por negócios processuais e pela iniciativa do juiz	58
CASO	60

PARTE II

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

1. O PROCESSO DE EXECUÇÃO DE TÍTULOS EXTRAJUDICIAIS	63
1.1. Títulos extrajudiciais e condenação judicial. Primeiras distinções necessárias.....	63
1.2. Os títulos extrajudiciais	68
1.2.1. Questões prévias	68
1.2.2. Natureza e função dos títulos executivos extrajudiciais.....	70
1.2.3. Os títulos executivos no direito brasileiro.....	71
1.2.4. Atributos do título executivo extrajudicial	78
1.2.5. Títulos executivos extrajudiciais e sua conversão para títulos judiciais	80
1.3. Aspectos comuns das várias modalidades de execução de títulos extrajudiciais	81
1.3.1. Introdução	81
1.3.2. A instauração do processo de execução	82
1.3.3. A cumulação de ações executivas	86
1.3.4. A disponibilidade do processo executivo.....	87
1.4. Particularidades do processo de execução por quantia certa fundado em título extrajudicial.....	88
1.4.1. Questões preliminares	88
1.4.2. A fase inicial do procedimento.....	89
1.4.3. A citação do executado	92
1.4.4. As condutas autorizadas ao executado	94
1.4.5. Outras particularidades da execução pecuniária de títulos extrajudiciais	97
1.5. Particularidades da execução de prestações de fazer, não fazer e entregar coisa fundada em títulos extrajudiciais	98

1.5.1.	Aspectos gerais da execução de obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa	99
1.5.2.	Prestações de fazer.....	101
1.5.3.	Prestações de não fazer	103
1.5.4.	Prestações de entrega de coisa.....	105
1.6.	A execução contra a Fazenda Pública fundada em título extrajudicial.....	108
1.7.	A execução de prestação alimentícia fundada em título extrajudicial	110
1.8.	Os embargos à execução	112
1.8.1	Introdução	112
1.8.2.	Requisitos de admissibilidade dos embargos à execução.....	113
1.8.3.	O efeito suspensivo dos embargos à execução	117
1.8.4.	O procedimento dos embargos à execução	119
1.8.5.	Sentença e apelação nos embargos à execução.....	120
1.8.6.	A impugnação de questões posteriores ao momento de oposição dos embargos à execução	121
1.8.7.	Os embargos na execução por carta.....	122
CASO		124
2.	A AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	125
2.1.	O direito material à consignação.....	125
2.2.	As hipóteses legais para a consignação	128
2.3.	A tutela jurisdicional da consignação	129
2.3.1.	Legitimidade para a consignatória.....	130
2.3.2.	Competência para as ações de consignação em pagamento	131
2.3.3.	Procedimento da consignatória	132
2.3.3.1.	A fase extrajudicial.....	132
2.3.3.2.	O procedimento judicial de consignação no regime do Código de Processo Civil	134
2.3.3.2.1.	A fase inicial.....	134
2.3.3.2.2.	A consignação das prestações vincendas ..	135
2.3.3.2.3.	A resposta do réu	137
2.3.3.2.4.	A complementação do depósito no caso de consignação insuficiente.....	138
2.3.3.2.5.	A dúvida sobre quem possa legitimamente receber a prestação.....	139
2.3.3.2.6.	A sentença da ação de consignação em pagamento	140

2.3.3.3.	A consignação em pagamento na Lei de Locações	141
2.3.3.3.1.	A fase inicial.....	141
2.3.3.3.2.	A resposta do réu.....	142
2.3.3.3.3.	A complementação do depósito inicial	143
2.3.3.3.4.	A sentença da ação consignatória de locações	144
CASO	146
3.	A AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	147
3.1.	O dever de prestar contas e o direito de exigí-las	147
3.2.	A ação de prestação de contas	147
3.3.	O procedimento para exigir contas	150
3.4.	A prestação de contas exigida incidentalmente em outro processo.....	153
CASO	154
4.	AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	155
4.1.	Considerações introdutórias.....	155
4.2.	As ações possessórias clássicas, a ação de imissão de posse e a ação reivindicatória	156
4.3.	A fungibilidade da proteção possessória.....	157
4.4.	Cumulação de pedidos em tutela possessória	158
4.5.	Duplicidade da demanda possessória e cumulabilidade de demandas na defesa	160
4.6.	Reserva de cognição no processo possessório	160
4.7.	Ação de <i>força velha</i> e ação de <i>força nova</i>	162
4.8.	Proteção possessória provisória e caução	164
4.9.	As ações de manutenção e de reintegração de posse.....	165
4.9.1.	Legitimidade para a ação de manutenção e reintegração de posse...	165
4.9.2.	O interesse jurídico na proteção possessória.....	167
4.9.3.	O caso peculiar do contrato de <i>leasing</i>	169
4.9.4.	A <i>causa petendi</i> das ações possessórias	171
4.9.5.	Procedimento das ações de manutenção e reintegração de posse...	172
4.10.	O interdito proibitório.....	175
4.10.1.	Procedimento do interdito proibitório.....	176
4.11.	Ações possessórias e conflitos coletivos sobre imóveis	177
4.11.1.	A citação dos réus na demanda possessória coletiva	177

4.11.2. A liminar nas demandas possessórias coletivas de força velha.....	179
4.11.3. A efetivação da decisão nas ações possessórias coletivas	180
CASO	181
5. AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	183
5.1. Considerações preliminares	183
5.2. Objeto da ação de dissolução parcial de sociedade.....	185
5.3. Partes da ação de dissolução parcial de sociedade	186
5.4. Procedimento	188
CASO	192
6. INVENTÁRIO, ARROLAMENTO E PARTILHA	193
6.1. Considerações introdutórias	193
6.2. Inventário negativo.....	194
6.3. O inventário	195
6.3.1. Competência para o inventário.....	197
6.3.2. Legitimação para o inventário	197
6.3.3. O inventariante e o administrador provisório.....	198
6.3.4. Cumulação de ações no inventário.....	200
6.3.5. Procedimento do inventário	201
6.3.5.1. As primeiras declarações	201
6.3.5.2. As citações e manifestações sobre as primeiras declarações.....	202
6.3.5.3. O herdeiro preterido	204
6.3.5.4. As colações	204
6.3.5.5. Sonegação	205
6.3.5.6. Repercussões fiscais e avaliação do espólio	206
6.3.5.7. O pagamento de dívidas.....	208
6.4. Partilha.....	209
6.4.1. Procedimento da partilha judicial	210
6.4.2. Desfazimento da partilha	212
6.5. Arrolamento.....	213
6.5.1. O arrolamento sumário	213
6.5.2. O arrolamento comum	214

6.6. Medidas assecuratórias e satisfativas de urgência em inventário e arrolamento.....	215
6.7. Sobrepartilha.....	215
6.8. Inventário extrajudicial.....	216
CASO	217
7. EMBARGOS DE TERCEIROS	219
7.1. Observações introdutórias	219
7.2. Natureza dos embargos de terceiro.....	220
7.3. Cabimento e conteúdo	220
7.4. Legitimidade.....	221
7.5. Prazo	223
7.6. Competência.....	225
7.7. Procedimento.....	225
7.8. Os embargos de terceiro fundados em garantia real.....	228
CASO	229
8. OPOSIÇÃO	231
8.1. Considerações gerais	231
8.2. Requisitos.....	232
8.3. Procedimento.....	232
CASO	235
9. AÇÃO MONITÓRIA.....	237
9.1. Considerações preliminares	237
9.2. Cabimento	238
9.3. Legitimidade para a ação monitória.....	238
9.4. O requisito da prova escrita da obrigação	240
9.5. Prova escrita para a admissibilidade da ação monitória e prova suficiente para a improcedência dos embargos	242
9.6. Competência para a ação monitória	243
9.7. Procedimento da ação monitória	243
9.7.1. O mandado monitório e a citação do réu.....	244
9.7.2. As atitudes do réu.....	245
9.7.3. O cumprimento espontâneo da prestação	245

9.7.4. Os embargos à ação monitória	246
9.7.5. Outras respostas do réu na ação monitória	248
9.7.6. Antecipação de tutela na ação monitória.....	248
9.7.7. Sequência do procedimento no caso de apresentação dos embargos à monitória	250
9.7.8. Execução imediata no caso de improcedência dos embargos ao mandado	250
9.7.9. Sequência do procedimento no caso de não apresentação dos embargos à monitória	251
9.7.10. Fase executiva e nova defesa do requerido	251
9.8. Ação monitória proposta contra a Fazenda Pública.....	252
CASO	253
10. HOMOLOGAÇÃO DE PENHOR LEGAL	255
10.1. Questões introdutórias	255
10.2. O penhor legal.....	255
10.3. Procedimento da homologação judicial	257
10.4. A homologação extrajudicial de penhor legal.....	260
CASO	262
11. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES	263
11.1. Noções preliminares	263
11.2. Condições de admissibilidade.....	264
11.3. Procedimento.....	266
CASO	268
12. USUCAPIÃO.....	269
12.1 O direito à usucapião	269
12.2 Requisitos para a usucapião	270
12.3 A ação de usucapião no CPC de 2015.....	272
12.3.1 Legitimidade	272
12.3.2 Competência	273
12.3.3 Procedimento da usucapião.....	274
12.3.4. O procedimento da usucapião especial de imóveis rurais.....	276
12.4. O requerimento extrajudicial de usucapião	277

PARTE III

ALGUNS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO
EXTRAVAGANTE

1. AÇÃO DE DESPEJO	281
1.1. Observações introdutórias	281
1.2. A ação de despejo	283
1.2.1. Competência.....	283
1.2.2. Legitimidade.....	283
1.2.3. Procedimento.....	284
1.2.3.1. A liminar em ação de despejo	285
1.2.3.2. A resposta do réu em ação de despejo	287
1.2.3.3. O despejo por falta de pagamento de aluguéis	287
1.2.4. Sentença, efetivação e recursos.....	290
CASO	292
2. AÇÃO DISCRIMINATÓRIA	293
2.1. Introdução.....	293
2.2. Terras devolutas.....	294
2.3. Discriminação das terras devolutas	296
2.3.1. A discriminação na via administrativa	296
2.3.2. A ação discriminatória.....	298
CASO	304

PARTE IV

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

1. TEORIA GERAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS	307
1.1. Filosofia dos Juizados Especiais Cíveis	307
1.2. Princípios fundamentais	308
1.2.1. Oralidade	309
1.2.2. Simplicidade	310
1.2.3. Informalidade	311
1.2.4. Economia processual.....	312

1.2.5. Celeridade.....	312
CASO	314
2. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS.....	315
2.1. Introdução.....	315
2.2. Competência	315
2.3. Da conciliação e da arbitragem	319
2.4. Capacidade para atuar no Juizado Estadual.....	320
2.4.1. A capacidade genérica	320
2.4.2. A capacidade para ser autor	321
2.4.3. Capacidade postulatória	322
2.5. Procedimento diferenciado.....	322
2.6. Recursos e meios de impugnação	327
2.7. Os Juizados Especiais Estaduais da Fazenda Pública	329
CASO	331
3. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS.....	333
3.1. Generalidades e noções fundamentais	333
3.2. Capacidade processual para os Juizados Federais	334
3.3. Competência	336
3.4. O procedimento	339
3.5. Arbitragem e Juizado Especial Federal	340
3.6. Os recursos nos Juizados Especiais Federais.....	341
3.7. A atuação dos provimentos emanados dos Juizados Especiais Federais ...	343
CASO	346

PARTE V

AS AÇÕES CONSTITUCIONAIS

1. MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL E COLETIVO.....	349
1.1. Rápida evolução do instituto nas Constituições brasileiras.....	349
1.2. O direito à tutela jurisdicional adequada e o mandado de segurança	351
1.3. Perfil constitucional do mandado de segurança.....	352
1.4. A estrutura infraconstitucional do mandado de segurança	353

1.4.1.	Mandado de segurança preventivo e repressivo	354
1.4.2.	Prazo para a impetração.....	356
1.4.3.	Legitimação	357
1.4.4.	Competência.....	361
1.4.5.	Interesse processual.....	362
1.4.6.	Mandado de segurança contra ato judicial	364
1.4.7.	Procedimento.....	366
1.4.7.1.	A medida liminar.....	368
1.4.7.2.	As informações da autoridade coatora.....	370
1.4.7.3.	A sequência do procedimento	372
1.4.8.	Sentença	373
1.4.9.	Recursos.....	378
1.4.10.	Coisa julgada.....	381
1.5.	O mandado de segurança coletivo e seu desenho constitucional.....	382
1.6.	A disciplina infraconstitucional do mandado de segurança coletivo	383
1.6.1.	A legitimação para o mandado de segurança coletivo.....	384
1.6.2.	Objeto do mandado de segurança coletivo.....	385
1.6.3.	Procedimento.....	385
1.6.4.	Coisa julgada e litispendência em mandado de segurança coletivo.....	386
CASO	389
2.	<i>HABEAS DATA</i>	391
2.1.	Questões preliminares	391
2.2.	Pedido administrativo de informações e retificações.....	393
2.3.	Competência para o <i>habeas data</i>	394
2.4.	Procedimento	395
2.5.	O pedido de suspensão da decisão em <i>habeas data</i>	398
CASO	399
3.	AÇÃO POPULAR.....	401
3.1.	As ações coletivas como garantia constitucional.....	401
3.2.	Conformação e limitações do direito à tutela coletiva pelo direito infraconstitucional	404
3.3.	O desenho constitucional da ação popular	405

3.3.1. Extensão da proteção no nível constitucional.....	405
3.3.2. Legitimidade.....	407
3.4. O tratamento infraconstitucional da ação popular.....	409
3.4.1. Competência.....	411
3.4.2. Legitimidade passiva e assistência	412
3.4.3. Procedimento.....	413
3.4.4. A sentença.....	415
3.4.5. Os recursos.....	416
3.4.6. A coisa julgada	417
3.4.7. O cumprimento da sentença em ação popular.....	418
CASO	420

PARTE VI
AÇÃO CIVIL PÚBLICA

1. FILOSOFIA DAS AÇÕES COLETIVAS	423
CASO	426
2. SISTEMA LEGAL PARA A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS	427
CASO	433
3. LEGITIMIDADE PARA A PROTEÇÃO JUDICIAL DOS DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS POR MEIO DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA.....	435
CASO	440
4. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A TUTELA DE DIREITOS COLE- TIVOS E DIFUSOS.....	441
4.1. Considerações gerais	441
4.2. Tutelas e sentença na ação para a proteção de direitos difusos e coletivos... ..	444
4.3. Efetivação das sentenças que tutelam direitos difusos e coletivos.....	446
CASO	448

5. A AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS.....	449
5.1. Considerações gerais	449
5.2. Procedimento da ação ressarcitória de danos a direitos individuais homogêneos	458
5.3. Sentença de condenação genérica	459
5.4. Liquidação	460
5.5. Execução	461
5.6. Ação coletiva inibitória contra o uso de cláusulas gerais abusivas.....	462
CASO	465
6. COISA JULGADA, LITISPENDÊNCIA E CONEXÃO NAS AÇÕES COLETIVAS	467
6.1. A coisa julgada nas ações coletivas.....	467
6.2. A litispendência em relação aos processos coletivos.....	474
6.3. Conexão nas ações coletivas.....	476
CASO	479

PARTE VII O PROCEDIMENTO ARBITRAL

1. A ARBITRAGEM E A SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	483
1. A filosofia da arbitragem.....	483
2. O caráter não jurisdicional da arbitragem.....	484
2. SUJEITOS E OBJETO DA ARBITRAGEM	489
2.1. As partes e o objeto da arbitragem	489
2.2. O árbitro	491
3. A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	493
4. O PROCEDIMENTO DA ARBITRAGEM.....	497
4.1. Questões gerais.....	497
4.2. Medidas de urgência em arbitragem	501
5. A SENTENÇA ARBITRAL	507

6. NULIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	511
7. A EFETIVAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	513
8. SENTENÇAS ARBITRAIS ESTRANGEIRAS	515
CASO	518

SOLUÇÕES DOS CASOS

CASOS DA PARTE I.....	519
CASOS DA PARTE II	521
CASOS DA PARTE III.....	527
CASOS DA PARTE IV	529
CASOS DA PARTE V	530
CASOS DA PARTE VI.....	532
CASOS DA PARTE VII	534
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	537